

Apresentação PNAP, 15 de setembro, Torre de Belém, Lisboa

Exm^o Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Engenheiro Miguel de Castro Neto

Exmo Senhor Presidente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, e da Comissão de Redatora da Política Nacional da Arquitectura e Paisagem, PNAP
Arquitecto Vitor Reis,

Exm^a Senhora Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas,
Arquitecta Margarida Cancela d'Abreu,

Ilustres membros das instituições aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores.

Hoje é um dia de grande significado e importância para a arquitectura e para os arquitectos, mas certamente também para todos os portugueses.

Por um lado inicia-se o processo da discussão pública de uma política, por outro fecha-se um extenso percurso ao longo do qual a Ordem dos Arquitectos procurou sensibilizar e manifestar a importância da criação de uma política nacional de arquitectura, neste caso também da paisagem.

Uma ambição de longa data que foi iniciada em anteriores mandatos, e que motivou inclusive a sua eleição enquanto tema de um congresso. Destaco assim a dedicação e a perseverança do anterior Presidente da Ordem dos Arquitectos, o arquitecto João Rodeia, que em muito contribuíram para este processo.

Esta é uma matéria que apesar de inscrita nas acções de anteriores Governos apenas foi de novo retomada e concluída na sequência da nomeação da comissão de redacção em 2013 ainda pelo então MAMAOT, e depois assumida e elaborada pelo MAOTE. De facto entre as muitas políticas públicas existentes, faltava certamente uma que abrangesse o universo da arquitectura e da paisagem.

Os trabalhos desta comissão foram acima de tudo desenvolvidos no âmbito do mandato da Ordem dos Arquitectos no triénio 2011/2013, sendo no entanto de referir que a equipa agora em exercício, desde o início do seu mandato, considerou fundamental manter a sua participação activa neste processo, pelo que desde logo considerou uma contribuição interna mais participada e alargada, criando para tal uma comissão de trabalho que integrou diversos órgãos, liderada pelo arquitecto Jorge Bonito Santos.

Quero por isso agradecer a todos os que contribuíram de um modo decisivo para a sua realização tanto aos membros do Conselho Directivo Nacional, como aos membros dos Conselhos Directivos Regionais, como aos membros que não pertencendo aos órgãos da Ordem contribuíram ainda assim com a sua participação tão especial na referida comissão.

De facto esta comissão ilustrou e demonstrou bem o quanto é precioso e fundamental o trabalho desenvolvido em conjunto no seio de uma instituição como a Ordem.

Quero ainda agradecer ao arquitecto João Bento pelo seu contributo e trabalho muito particular, elaborando uma pesquisa intensa em matéria das políticas de arquitectura na Europa, a qual permitiu que ainda no ano de 2012, no âmbito do Fórum Europeu das Políticas de Arquitectura fosse editado um documento intitulado *Survey, on Architectural Policies in Europe*, de sua autoria. Um documento que se viria a revelar de extrema importância para toda a construção de uma direcção e orientação da acção da Ordem dos Arquitectos nesta matéria.

Não posso também deixar de dar uma palavra muito especial de agradecimento a todas as instituições e personalidades que integraram a comissão liderada pelo IHRU, e presidida pelo arquitecto Vitor Reis, que, com uma equipa tão diversa, foi capaz de concluir os trabalhos sintetizando-os num documento no qual todos se reconhecem. Parece simples mas de facto nem sempre é fácil num país como o nosso alcançar consensos e construir projectos comuns.

Muitos questionam a importância da existência de uma política, uma atitude legítima se efectivamente tivermos em conta as muitas que são criadas nesta área e que por vezes não têm nem a consequência nem o alcance ambicionado e esperado. Mas a sua existência noutros países ilustra bem na grande maioria dos casos como a sua implementação foi determinante tanto para a qualidade de vida dos cidadãos, como por vezes para a afirmação dos países em causa, através da promoção no mundo da qualidade das suas realizações.

Uma política é também a criação de um compromisso para além do tempo das legislaturas, é a criação de um guião que permita a eleição de estratégias e a definição de prioridades de actuação, com incidência na programação das intervenções, na eleição de áreas e de programas e definição do seu horizonte temporal, na elaboração e melhoria da legislação, na definição de estratégias de acesso à encomenda de um modo mais equilibrado e equitativo e ainda de modos de internacionalização, em resumo de construção de um modo mais equilibrado e ajustado quer da preservação do nosso passado quer da construção do nosso futuro.

Nessa óptica, apesar da actual realidade do país do seu ponto de vista económico e financeiro, subsistem certamente aspectos prioritários e compromissos que terão de ser necessariamente encarados com a maior brevidade.

Um destes refere-se certamente à reabilitação urbana, quer dos espaços públicos, quer do edificado, tanto nos centros como na periferia das cidades. Essas intervenções não podem contudo ser entendidas exclusivamente como uma nova oportunidade de mercado mas sim como uma acção que permita corrigir muitas das questões que conduziram à sua actual degradação e até abandono nalguns dos casos. O outro refere-se aos

compromissos assumidos relativamente aos aspectos energéticos e nos quais se inclui a melhoria da eficiência do edificado nessa matéria.

A OA considera fundamental a definição por parte do Governo de uma estratégia que permita enquadrar as diversas intervenções, elegendo prioridades e identificando possibilidades de enquadramento e de financiamento.

Será também fundamental atender aos novos modos de relacionamento entre os cidadãos e as instituições incentivando formas de colaboração cada vez mais participadas, em analogia com alguns processos recentemente desencadeados.

Os anos de 2013 e 2014 foram anos particularmente significativos para a vida da OA, tendo sido marcados por diversas iniciativas legislativas com fortes implicações não só no futuro da sua vida associativa mas também na da sociedade e dos membros, sendo de referir a este respeito a sua participação como já referido nos trabalhos da comissão de redacção da Política Nacional de Arquitectura e Paisagem agora concluído, dando-se assim início ao período de consulta pública. Uma ambição da OA de longa data, que parece estar próxima da conclusão da sua primeira etapa.

Efectivamente a elaboração desta política, bem como a sua implementação e assunção pelo Governo, deverá garantir cada vez mais a qualidade da paisagem e dos ambientes urbanos. A elaboração da PNAP vem também salientar um conjunto de aspectos que carecem de intervenção, não sendo possível dissociar a qualidade dos espaços da qualidade da arquitectura em si mesma, revestindo-se a defesa deste binómio do maior interesse público. Numa altura em que as políticas públicas de Arquitectura estão em discussão nos panoramas nacional e internacional, estudos que se dediquem à problemática da qualidade da arquitectura são relevantes para informar a implementação dessas mesmas políticas.

A qualidade dos ambientes está vinculada à qualidade das realizações, desde os aspectos relativos às soluções dos espaços que habitamos, sejam eles de que natureza forem, até aos aspectos construtivos e materiais, directamente relacionados com as questões que se prendem com o conforto, com a qualidade do habitar e ainda com a longevidade e manutenção, ou seja com o seu comportamento no tempo.

Por outro lado a qualidade das realizações está igualmente associada à qualidade com que se desenvolve o exercício da profissão, designadamente o seu enquadramento-legislação, a circulação e o acesso à informação, a reformulação de competências, a formação e as condições de realização, nomeadamente os prazos considerados e a quantificação dos serviços prestados pelos arquitectos.

A Ordem dos Arquitectos tem entre outros casos vindo a manifestar a importância de iniciar, entre outros, os trabalhos de elaboração de um Código da Edificação e Construção de Portugal, que permita não apenas compilar mas também compatibilizar e actualizar a legislação em vigor, permitindo a criação de um documento compatível com o grau de responsabilização atribuído aos arquitectos e com as expectativas de qualidade depositadas pelos cidadãos, nos promotores, investidores e construtores.

Não menos importante será a necessidade de constituir em conjunto uma estratégia de internacionalização dos serviços da arquitectura e da arquitectura paisagista, e de outras profissões afins, tirando partido de uma ocasião única e histórica de reconhecimento internacional da qualidade das realizações dos arquitectos portugueses, expressa nos

galardões e nos prémios atribuídos em diversos momentos e ocasiões.

Os arquitectos não serão certamente os guardiões do espaço e os detentores da sua construção mas o seu cometimento milenar com o fazer, o ver, o sentir, fizeram de si mesmos homens capazes de olhar o mundo e sintetizar as suas exigências, as suas necessidades em algo tão maravilhoso e único como seja a cidade e seus edifícios, num caso e a construção da paisagem no outro.

Os edifícios tal como as cidades e as paisagens, construíram-se para serem habitados, mas o seu carácter único e excepcional motivaram desde há muito a existência de viajantes que relatavam as maravilhas com as quais se deparavam no decorrer dos seus percursos. Assim construímos individual e colectivamente imagens de locais, que gravamos na nossa memória e que nunca poderemos conhecer porque simplesmente já não existem, ou de locais que ambicionamos um dia ainda visitar.

Portugal é hoje um país com mais qualidade, e podemos garantidamente afirmar que as suas paisagens, das quais as cidades são parte integrante, despertaram no mundo um marcante e profundo desejo de conhecimento. Esse facto constitui também a tradução do trabalho e do exercício que os profissionais, quando qualificados, são capazes de desenvolver e colocar ao serviço de todos, construindo um bem que por natureza é público e contribuindo com a sua experiência e com a convicção de que apenas ambicionando o melhor se oferecer o melhor. Essa é a nossa tarefa e a nossa missão.

Um edifício, para já não falar de uma cidade, é uma marca, uma impressão que em qualquer território perdurará por muitos e muitos anos. Como tal, muito teremos ainda de fazer não apenas para corrigir o que por vezes foi menos bem feito, mas também para prosseguir de um modo ainda melhor e mais informado com a natural evolução dos lugares. Essa é a responsabilidade que recai sobre os nossos actos e as nossas realizações.

A arquitectura e a paisagem são algo a que todos têm direito e a que todos devem ter acesso. Não se podem evitar, não se podem camuflar, fazem parte do quotidiano de todos. A Ordem dos Arquitectos só pode ambicionar que esta Política constitua um novo modo e uma nova atitude de respeitar e de construir os espaços nos quais todos habitamos e nos quais todos nos relacionamos

- os espaços da arquitectura e os espaços da paisagem -

João Santa-Rita

Presidente da Ordem dos Arquitectos